

O Brasil só tem futuro com bem-viver para todos



» RACHEL QUINTILIANO
Jornalista, autora do livro *Negra percepção: sobre mim e nós na pandemia e membro-fundadora da Cojira-DF*

Mais de 300 anos após a morte de Zumbi dos Palmares, herói nacional, o Brasil reconheceu sua importância por meio da Lei 14.759/2023, que institui o 20 de Novembro como feriado nacional em sua homenagem e à consciência negra.

Para parte significativa da sociedade brasileira, o 20 de Novembro é conhecido e reconhecido desde a década de 1970, quando o movimento social negro reivindicou a data como um marco de denúncia contra o racismo e de proposição de políticas de reparação e promoção da equidade racial.

No que diz respeito às desigualdades raciais, amplamente identificadas pelos Censos, o país de 1600 e o país de hoje não parecem tão distantes, apesar dos avanços — inclusive em políticas públicas — que ganharam intensidade e efetividade a partir dos anos 2000. Na época de Zumbi, a população negra, livre ou escravizada, era maioria no país. Os números atuais mostram um Brasil com mais de 203 milhões de habitantes, onde pretos e pardos representam quase 60% da população, sendo as mulheres

negras a maioria — 57 milhões de pessoas.

Essa não é apenas uma evidência estatística baseada no fenótipo, mas o resultado da ação organizada do movimento social negro, conhecida como “consciência negra”. Foi a partir da década de 1990 — quando o quesito cor do Censo passa a ser autodeclaratório e incorpora as categorias que conhecemos hoje (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) — que o país se tornou, a cada edição, “mais negro”.

Os números são, portanto, uma resposta à convocação dos movimentos sociais negros por “consciência negra” — questão central das principais marchas: Zumbi, Zumbi+10, Marcha das Mulheres Negras (2015) e a marcha prevista para o próximo dia 25, em Brasília, por “Reparação e Bem-Viver”.

Os dados do último Censo Demográfico mostram que o país mantém um padrão estrutural de exclusão da população negra, independentemente do indicador analisado. No mercado de trabalho, enquanto a taxa de desocupação entre brancos é de 11,3%, entre pessoas pretas chega a 16,5% e entre pardas, 16,2%. A diferença se repete no rendimento: trabalhadores brancos recebem, em média, R\$ 3.099 — valor muito superior aos R\$ 1.764 pagos a pessoas pretas e aos R\$ 1.814 destinados a pardas. A pobreza também tem cor: considerando a linha de US\$ 5,50/dia, 18,6% dos brancos estão abaixo do limite, enquanto 34,5% dos pretos e 38,4% dos pardos.

Situação semelhante se observa nos dados de moradia, violência e representação política. Em

todas as dimensões da vida social, sem exceção, pessoas negras estão em situação pior.

Isso prova, primeiro, que todas as estratégias de embranquecimento da população falharam, assim como o mito da cordialidade e da democracia racial. E, segundo, que uma minoria — seja pela necropolítica, ou seja pelo persistente pacto da branquitude — coloca cotidianamente em curso estratégias que tornam o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, em que a perspectiva racial se configura como elemento estruturante dessa realidade.

Portanto, não é exagero afirmar que, em diversas áreas do campo social, as pessoas negras estão em situação de desvantagem. Isso significa que a maioria da população está em desvantagem no acesso a bens e serviços, inclusive públicos.

Se os dados continuarem sendo ignorados e as soluções apresentadas não forem adotadas com eficiência, arrisco dizer que o país, como um todo, entra em colapso social no médio e longo prazo, o que inviabiliza o desenvolvimento. Pessoas negras e não negras estão no mesmo barco, que parece navegar à deriva — ainda que algumas estejam nos porões e outras nas cabines com varanda, comuns nos cruzeiros de alto luxo.

O 20 de Novembro de 2025 convoca, então, para uma reflexão profunda e para um compromisso coletivo em dar visibilidade e vazão às soluções apontadas há séculos — e atualizadas cotidianamente pelo movimento social negro — rumo ao bem-viver de todas as pessoas.

maurenilson



O 20 de Novembro e a força que transforma o Brasil



» JUVENAL ARAÚJO
Subsecretário de Políticas de Direitos Humanos e Igualdade Racial da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal

O 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, vai muito além de uma homenagem a Zumbi dos Palmares. É uma data para celebrar o protagonismo da população negra e refletir sobre os caminhos que o Brasil ainda precisa percorrer para garantir igualdade de oportunidades. A luta contra o racismo e a exclusão não é um tema restrito a grupos ou ideologias — é um compromisso de toda a sociedade com a justiça, o mérito e o desenvolvimento humano.

Mais da metade dos brasileiros se declara preta ou parda, segundo o IBGE. Essa maioria, porém, ainda enfrenta grandes obstáculos para acessar posições de destaque no mercado de trabalho e nas estruturas de poder. As barreiras vão desde a desigualdade educacional até a falta de representatividade em cargos de liderança. Não se trata de falta de talento, mas de oportunidades desiguais, muitas vezes determinadas por fatores históricos e sociais que o país ainda não superou.

Apesar disso, o que mais se destaca é a força dessa população, que tem transformado adversidades em caminhos de ascensão. O 20 de Novembro não deve ser lembrado com um olhar de vitimismo, e, sim, como símbolo de superação, capacidade e competência. A cada conquista, a população negra reafirma que não há limite quando o talento encontra espaço.

Um exemplo inspirador é Rachel Maia, que iniciou a carreira como estagiária e se tornou a primeira mulher negra CEO de uma grande multinacional no Brasil, a Pandora. Sua trajetória é símbolo de excelência e liderança. Outra referência é Adriana Barbosa, criadora da Feira Preta, o maior evento de cultura e empreendedorismo negro da América Latina, responsável por fortalecer milhares de pequenos negócios. No campo da ciência, Jaqueline Goes de Jesus, biomédica que coordenou o sequenciamento do genoma do coronavírus no país, demonstrou ao mundo a competência e a contribuição dos cientistas negros brasileiros.

Essas histórias provam que o mérito floresce quando encontra oportunidade. Porém, os números revelam o quanto ainda há a avançar. O Instituto Ethos mostra que menos de 5% dos executivos nas 500 maiores empresas do país são negros. Na média salarial, a diferença entre brancos e negros ultrapassa 40%. Mesmo com diplomas iguais e desempenhos semelhantes, o peso do preconceito ainda limita o reconhecimento profissional.

O que o Brasil precisa compreender é que promover diversidade não é apenas um ato de justiça social — é uma estratégia inteligente de crescimento. Um estudo da McKinsey & Company demonstra que empresas com maior diversidade racial têm desempenho até 36% superior às demais. A pluralidade de ideias e experiências amplia a inovação, fortalece as equipes e aproxima as organizações da realidade do país.

A presença negra também cresce no setor público, na política e na educação. Jovens negros e negras, muitas vezes os primeiros de suas famílias a ingressar na universidade, transformam o conhecimento em ferramenta de mobilidade social. Professores, gestores e empreendedores têm criado

referências e exemplos para futuras gerações.

O 20 de Novembro é, portanto, um chamado à consciência coletiva. Um lembrete de que o racismo não se combate apenas com leis, mas com atitudes concretas: valorizando competências, apoiando o empreendedorismo, ampliando o acesso à educação e combatendo estereótipos que limitam sonhos.

A população negra brasileira é feita de força, inteligência e criatividade. É a base da cultura, da economia e da inovação nacional. Do samba ao hip-hop, das periferias às universidades, dos pequenos comércios aos altos cargos, essa força constrói o país todos os dias, mesmo quando o reconhecimento ainda não vem na mesma medida.

O desafio é fazer com que o mérito e o esforço se sobreponham aos preconceitos. Que empresas e instituições públicas enxerguem o potencial, e não o estigma. Que os talentos negros deixem de ser exceção e passem a ser regra em um Brasil mais justo, competitivo e plural.

Celebrar o 20 de Novembro é celebrar o Brasil que dá certo quando aposta na própria diversidade. É reconhecer que o povo negro não busca privilégios, mas o direito de competir de forma igual e ser valorizado por sua competência. É compreender que o país só alcançará sua verdadeira potência quando todos tiverem as mesmas condições de crescer.

Mais do que uma data, o 20 de Novembro é um espelho. Ele reflete as conquistas, denuncia as desigualdades e projeta um futuro em que o sucesso não tenha cor. O Brasil tem no povo negro uma das suas maiores riquezas — humana, cultural e econômica. E é reconhecendo essa força que poderemos, enfim, construir um país onde a igualdade não seja um ideal distante, mas uma realidade possível.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A bela árvore da educação

Na publicação do best-seller *The beautiful tree*, do pesquisador James Tooley, foi aberta e exposta ao mundo uma ferida antiga e muito mal cicatrizada, relativa ao debate sobre a qualidade educação nos países em desenvolvimento, sobretudo aquela ministrada nas escolas públicas. O pesquisador britânico demonstrou, por meio de um rigoroso trabalho de campo em diferentes continentes, algo que muitos governos tentam sistematicamente ocultar: que as populações mais pobres, cansadas da ineficiência crônica do Estado, estão criando as próprias soluções educacionais, financiando com grande sacrifício pequenas escolas privadas de baixo custo que, embora invisíveis à narrativa oficial, produzem resultados superiores aos da rede pública.

Essa revelação foi recebida com desconforto justamente porque expôs a distância entre o discurso paternalista dos governos e a realidade enfrentada pelas famílias que vivem nas margens das estatísticas. No Brasil, essa realidade não é apenas semelhante: é ainda mais gritante. Há décadas, o país convive com um sistema educacional que consome volumes colossais de recursos públicos, mas entrega resultados medíocres, quando não desastrosos.

Ano após ano, as avaliações nacionais reiteram a incapacidade estrutural do Estado de garantir alfabetização plena, proficiência mínima em matemática ou mesmo um ambiente escolar seguro. Em vez de avanços sólidos, o que se vê são sucessivas reformas anunciadas com pompa, planos estrondosos, metas que expiram sem nunca terem sido alcançadas e, ao final, milhões de estudantes que concluem etapas escolares sem aprender o básico. Essa realidade é conhecida, debatida, lamentada, mas raramente enfrentada com honestidade. E, enquanto governos discutem comissões, diretrizes e marcos regulatórios, famílias pobres brasileiras buscam alternativas.

Nas periferias urbanas, nos sertões e nas áreas ribeirinhas, florescem discretamente pequenas escolas comunitárias, creches improvisadas, instituições confessionais de baixo custo e iniciativas independentes sustentadas por mensalidades modestas, pagas com enorme esforço. Elas não contam com subsídios estatais, não são celebradas em conferências internacionais, tampouco aparecem nas estatísticas oficiais. No entanto, são procuradas porque oferecem algo essencial: ensino efetivo, disciplina, controle social direto e, principalmente, a sensação de que existe ali um compromisso real com o aprendizado das crianças.

Assim como Tooley registrou em suas viagens pela Índia ou pela África, o Brasil também tenta invisibilizar essas experiências. A burocracia estatal, ao mesmo tempo em que falha em entregar qualidade, cria barreiras para que essas iniciativas prosperem. Exige-se delas um nível de regularização estrangulador, muitas vezes incompatível com sua realidade material, ao mesmo tempo em que se tolera a precariedade estrutural da própria escola pública. O paradoxo é evidente: cobra-se excelência administrativa de quem está tentando suprir uma ausência do Estado, mas aceita-se como inevitável o baixo desempenho de escolas cuja manutenção consome bilhões. Trata-se de uma inversão de prioridades que revela mais sobre a proteção de interesses políticos do que sobre uma preocupação genuína com a educação de crianças pobres.

Reconhecer sua eficácia significaria admitir que o problema da educação brasileira não é, prioritariamente, falta de recursos, mas, sim, de gestão, accountability, responsabilidade e visão de longo prazo. Significaria aceitar que a liberdade de escolha das famílias pode produzir resultados mais sólidos do que estruturas burocráticas incapazes de se reformar. A verdade é que o Brasil vive hoje uma contradição profunda: dispõe de um dos maiores orçamentos educacionais do mundo em valores absolutos, mas entrega índices de aprendizagem comparáveis aos de países muito mais pobres.

É um esforço silencioso, invisível, doloroso, mas que revela uma fé inabalável na educação como caminho de ascensão social. O Brasil precisa encarar essa realidade com maturidade. Ignorar ou perseguir iniciativas independentes não resolverá o fracasso estrutural da educação pública. Pelo contrário, apenas ampliará o fosso entre a retórica estatal e a experiência concreta das famílias. Se o objetivo nacional é garantir aprendizagem real, então o país deve reconhecer, apoiar e estudar esses modelos alternativos, não para substituí-los ao Estado, mas para ensinarem ao Estado como reconstruir a própria credibilidade.

The Beautiful Tree traz a lição de que não é que o Estado deva desaparecer. É que, quando ele falha reiteradamente, a sociedade encontra caminhos. E no Brasil, como em tantos outros lugares, a árvore bonita já começou a brotar entre os escombros da negligência oficial. Cabe aos governantes decidir se continuarão a arrancá-la, em nome de uma narrativa que não se sustenta, ou se finalmente permitirão que ela cresça, iluminando caminhos que há muito tempo deixamos de percorrer.

A frase que foi pronunciada:

Se uma nação espera ser ignorante e livre, em um estado de civilização, ela espera o que nunca existiu e nunca existirá.

Thomas Jefferson

História de Brasília

Os outros institutos bem que poderiam fazer a mesma coisa, para que a campanha se verificasse simultaneamente em todo o Plano Pilóto. (Publicada em 12/5/1962)